

CARACTERIZAÇÃO DOS PONTOS DE VENDA DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE RIO LARGO/AL

Nicole Almeida Conde Vidal¹, Jonas Augusto Cardoso da Silveira²

1. Estudante da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Alagoas (FANUT-UFAL)
2. Professor da FANUT-UFAL – Laboratório de Nutrição em Saúde Pública/Orientador

Resumo

O local onde vivemos possui características protetoras para a saúde ou fatores de risco, sendo necessário conhecê-los para assim propor intervenções eficientes. Diante disto, este estudo teve como objetivo caracterizar os pontos de venda de alimentos, analisando a qualidade do ambiente alimentar de Rio Largo/AL.

Para este fim, utilizou-se o instrumento *Nutrition Environment Measurement Survey for Stores* (NEMS-S), que caracteriza os aspectos estruturais e funcionais dos comércios e permite calcular o Índice de Disponibilidade de Alimentos Saudáveis (IDAS), a partir de variáveis de disponibilidade, variedade e preço dos alimentos, segundo seu nível de processamento.

Foram analisados 581 comércios, sendo as mercearias (31,8%) e os comércios de doces (20,5%) os estabelecimentos predominantes. O município apresentou baixo IDAS (3±12 pontos), representando ambiente desfavorável ao desenvolvimento e manutenção de hábitos alimentares saudáveis.

Autorização legal: Comitê de Ética em Pesquisa da UFAL (CAAE: 55483816.9.0000.5013)

Palavras-chave: Ambiente Alimentar e Nutricional; Geografia em Saúde; Promoção da Saúde.

Apoio financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL).

Trabalho selecionado para a JNIC: FANUT-UFAL

Introdução

O ambiente construído é um sistema que comporta elementos espaciais de relações sociais, que influenciam as atividades e o comportamento humano. Fatores como segurança, qualidade de recursos naturais, acesso a serviços de saúde e disponibilidade de espaços de lazer e de pontos de venda de alimentos (PVA) saudáveis determinam a formação de ambientes promotores de saúde (LEKIC; MILETIC; FIKFAK, 2018).

O Guia Alimentar para a População Brasileira destaca a importância da autonomia do indivíduo para suas práticas alimentares (BRASIL, 2014). Por outro lado, percebe-se que o ambiente construído dificulta/limita a tomada de decisão por hábitos e comportamentos alimentares saudáveis (BODOR et al., 2008).

Ao reconhecermos que as práticas alimentares são construídas de acordo com fatores socioeconômicos e culturais, observa-se que a alta intensidade do processo de industrialização e os modos de vida modernos de uma nação favorecem o consumo alimentar inadequado e o sedentarismo. Segundo a pesquisa Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), a prevalência de obesidade no Brasil, aumentou em 62,4% no período entre 2006 (11,8%) e 2017 (18,9%), sendo necessária a implementação urgente de políticas públicas que atuem sobre os determinantes sociais, políticos e econômicos das doenças crônicas não transmissíveis. (BRASIL, 2018)

A relação entre ambientes construídos caracterizados pela presença de estabelecimentos que vendam produtos ultraprocessados e a obesidade tem sido, recentemente, demonstrada na literatura. Observa-se ainda que populações social e economicamente vulneráveis são mais sujeitas a viver nesses locais, apresentando, assim, maior risco de desenvolver outros agravos crônicos não transmissíveis, reforçando as desigualdades em saúde (WONG et al., 2018).

No Brasil, o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (2011-2022) contempla dentre suas metas a redução de sódio, o aumento do consumo de frutas e hortaliças, e aumentar a prevalência de atividade física no lazer. Nas ações voltadas para a alimentação saudável estão inclusos o aumento da oferta de alimentos *in natura* e minimamente processados, por meio de parceria com a sociedade civil (ex: agricultura familiar); regulação na composição nutricional de alimentos processados com a redução no conteúdo de açúcar e sal; redução do preço dos alimentos saudáveis com a diminuição de impostos, taxas e subsídios para estimular o consumo ao torna-lo mais barato; e a regulamentação da publicidade de alimentos, especialmente para o público infantil. (BRASIL, 2011)

Dentro deste contexto, o presente trabalho teve como objetivo caracterizar o ambiente alimentar construído na cidade de Rio Largo/AL, a partir da avaliação de seus pontos de venda de alimentos (PVA).

Metodologia

A identificação dos PVA foi realizada por auditoria nas ruas do município, método considerado padrão-ouro em estudos de georreferenciamento (WILKINS et al., 2017). A coleta de dados ocorreu após permissão do

proprietário/responsável pelo estabelecimento. Foram identificados 617 estabelecimentos, sendo que em 581 houve permissão para coleta de dados.

A ambiente alimentar e nutricional foi avaliado por meio do instrumento *Nutrition Environment Measurement Survey for Stores* (NEMS-S) (GLANZ et al., 2007), adaptado e validado para a população brasileira por MARTINS e colaboradores (2013). Este instrumento possibilita caracterizar o PVA em relação ao tempo de funcionamento, principal público frequentador, itens de ambientação relacionados ao tipo de cobertura, presença de assentos e mobilidade, aglomeração de PVA e o tipo de comércio (“açougue, avícola e peixaria”, “comércio de doces”, “barraca de feira livre/banca de frutas”, “casa de massas”, “mercearia e empório”, “padaria”, “sacolão e quitanda”, “mercado e supermercado”, “lojas de conveniência”, “banca/carro de ovos”, e “banca/carro de pães” – nas análises, estas duas últimas foram agrupadas como “ambulantes”).

A qualidade alimentar e nutricional dos alimentos disponíveis no comércio é avaliada por meio do índice de disponibilidade de alimentos saudáveis (IDAS), calculado a partir da disponibilidade, preço e qualidade dos alimentos comercializados em cada um dos PVA. A pontuação atribuída a cada alimento e seus predicados é estratificada em três grupos de alimentos, baseados na Pirâmide Alimentar de Harvard e da Classificação NOVA (MONTEIRO et al., 2010), atualmente adotados no Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014). O primeiro grupo da NEMS-S é caracterizado por alimentos *in natura* e minimamente processados, na qual o processamento é realizado para fins de preservação, melhorar acessibilidade e disponibilidade, nelas estão inclusas as carnes, frutas, vegetais, raízes, laticínios, grãos etc. O segundo grupo é obtido diretamente dos alimentos do grupo 1, composto por ingredientes refinados para uso doméstico ou da indústria de alimentos e, por fim, o terceiro grupo é formado por alimentos ultraprocessados. São estabelecidas pontuações diferenciadas para os grupos de alimentos, sendo que a maior parte da pontuação se concentra no grupo 1 e, exclusivamente, os alimentos pertencentes ao grupo 3 pontuam negativamente; a amplitude do escore é de -30 a 100 pontos.

As informações foram digitadas por duplas independentes e validadas no Epi Info 3.5.4, a fim de evitar erros e garantir a confiabilidade das informações inseridas nos bancos de dados. As análises descritivas foram realizadas no Stata 13, nas quais as variáveis contínuas foram apresentadas como média e medidas de dispersão (desvio padrão e amplitude) e, as categóricas, como frequência (%).

Resultados e Discussão

Na tabela 1 estão descritas as características dos PVA do município de Rio Largo/AL. Identificou-se que, com exceção dos vendedores ambulantes, mais de 84% dos comércios funcionavam todos os dias da semana.

Tabela 1. Caracterização dos comércios de alimentos de Rio Largo, Alagoas.

Tipo de comércio (n; %)	Dias de funcionamento (%)			Ambientação (cobertura; mobilidade*)	Presença de assentos n (%)	Público† n (%)	Tempo de existência (meses) $\bar{x} \pm DP$ (amplitude)
	<=2 n (%)	3-5 n (%)	Todos os dias n (%)				
Açougue, avícola e peixaria (n=38; 6,5%)	0 (0,0)	1 (2,6)	31 (81,6)	Ambiente fechado (89,5%); Ponto fixo (100%)	2 (5,3)	Adultos 33 (86,8)	183±230 (0; 1200)
Comércio de doces (n=119; 20,5%)	0 (0,0)	11 (9,2)	96 (80,7)	Ambiente fechado (94,1%); Ponto fixo (96,6%)	19 (16,0)	Crianças 66 (55,5)	51±86 (0; 456)
Barracas de feira livre e bancas de frutas (n=81; 13,9%)	2 (2,5)	6 (7,4)	61 (75,3)	Céu aberto (79,0%); Ponto fixo (80,2%)	4 (4,9)	Adultos 72 (88,9)	100±155 (0; 648)
Mercearias e empórios (n=185; 31,8%)	0 (0,0)	6 (3,2)	165 (89,2)	Ambiente fechado (99,4%); Ponto fixo (100%)	19 (10,3)	Adultos 114 (61,6)	74±147 (0; 1200)
Padarias (n=49; 8,4%)	0 (0,0)	1 (2,0)	42 (85,7)	Ambiente fechado (98,0%); Ponto fixo (100%)	13 (26,5)	Adultos 42 (85,7)	111±167 (0; 828)
Sacolões e quitandas (n=10; 1,7%)	0 (0,0)	0 (0,0)	9 (90,0)	Ambiente fechado (90,0%); Ponto fixo (100%)	0 (0,0)	Adultos 9 (90,0)	23±27 (0; 96)
Mercados e supermercado (n=79; 13,6%)	0 (0,0)	0 (0,0)	74 (93,7)	Ambiente fechado (98,7%); Ponto fixo (100,0%)	3 (3,8)	Adultos 63 (79,7)	108±155 (2; 960)
Lojas de conveniência (n=13; 2,2%)	0 (0,0)	0 (0,0)	10 (76,9)	Ambiente fechado (100%); Ponto fixo (100%)	5 (38,5)	Adultos 13 (100,0)	77±117 (0; 360)
Ambulantes (n=7; 1,2%)§	1 (14,3)	2 (28,6)	3 (42,8)	Céu aberto (71,4%); Ponto móvel (57,1%)	0 (0,0)	Adultos 6 (85,7)	93±131 (6; 360)

*Cobertura predominante (ambiente aberto ou fechado); **Mobilidade (ponto fixo ou ponto móvel). †Público predominante (Crianças, adolescentes, adultos ou idosos). §Agrupamento das categorias “banca/carro de ovos” e “banca/carro de pães”.

O tempo de existência dos estabelecimentos variou entre 0 e 1200 meses. Os açougues, avícolas e peixarias (183±230 meses) e os sacolões/quitandas (23±27 meses) obtiveram, respectivamente, o maior e o menor tempo médio de existência. Se, por um lado, o tempo de existência do comércio de carnes no estado de Alagoas pode ser justificado por sua tradicionalidade, por outro, a elevada perecibilidade dos produtos – resultado em perdas financeiras –, a baixa procura pela população e a existência de uma central de abastecimento de alimentos na cidade pode justificar a menor média de existência dos sacolões e quitandas.

As mercearias/empórios compuseram a maior parte dos comércios (31,8%), seguidos pelos comércios de doces (20,5%). Em ambos os tipos de estabelecimentos são vendidos produtos processados ou ultraprocessados (grupos 2 e 3), sendo conveniente para os proprietários pois não necessitam de acondicionamento especial, pois possuem uma baixa perecibilidade devido ao elevado nível de processamento; além disso, muitos desses PVA podem ser caracterizados como comércios informais por se situarem nas residências dos proprietários e serem abastecidos com produtos oriundos de comércios atacadistas. No entanto, apesar do comércio informal atuar no princípio da livre iniciativa das atividades econômicas, na qual independem de autorização de órgãos públicos, significa também que estão a margem de fiscalizações e controle de qualidade, sendo algo que possa trazer prejuízos à saúde do consumidor. (BRASIL, 1988).

A ausência de cobertura (79%) e assentos (95,1%) foi elevada nas barracas de feira livre e banca de frutas, o que implica em ambientes desconfortáveis para os clientes, deixando-os expostos à altas temperaturas e sujidades. De acordo com ALVES e GOEDERT (2009), 65% das pessoas concordam que supermercados oferecem ambientes agradáveis de descontração e lazer, seguidos por preços (19%) e variedade de produtos (19%), sugerindo que a ambientação e atmosfera influenciam positivamente na decisão dos consumidores, indicando a grande importância de um estabelecimento oferecer conforto para os indivíduos. Isto implica na importância de investimentos para melhorar a estrutura de conforto de espaços promotores da alimentação saudável, como é o caso das feiras livres e sacolões, pois, embora qualifiquem positivamente o ambiente alimentar e nutricional de uma região, suas características de conforto podem afastar os consumidores.

Em relação ao principal público frequentador dos PVA (Tabela 1), observou-se que apenas nos comércios de doces houve predominância de crianças (55,5%) - acompanhados ou não dos pais, sendo preocupante a facilidade do acesso a estes alimentos, devido à alta disponibilidade nos ambientes (20,5%) e baixa qualidade nutricional (-7±3 pontos). Este é um achado muito importante desta pesquisa, pois sugere que a participação de crianças na aquisição de alimentos é realizada, majoritariamente, nos piores PVA em relação a qualidade nutricional (Tabela 2).

É crescente o número de trabalhos que apontam o consumo de bebidas açucaradas e doces como um dos principais responsáveis pelo ganho de peso excessivo em crianças (SILVEIRA et al., 2015). Tal ambiente, além de prejudicar a formação dos hábitos alimentares na infância afeta o comportamento alimentar da família. As preferências alimentares das crianças contribuem na aquisição de alimentos nos comércios, estas sendo principalmente chocolates/balas, iogurtes e bolachas recheadas, sendo reconhecida a influência do marketing para estes produtos, além das estratégias emocionais utilizadas para sua aquisição. (REIS; SILVA, 2018)

Tabela 2. Índice de disponibilidade de alimentos saudáveis por estabelecimentos e grupos alimentares.

Tipos de comércio	n (%)	Índice de Disponibilidade de Alimentos Saudáveis (IDAS)			
		Total Média±DP (amplitude)	Grupo 1 Média±DP (amplitude)	Grupo 2 Média±DP (amplitude)	Grupo 3 Média±DP (amplitude)
Açougues, avícolas e peixarias	38 (6,5)	8±9 (-2; 33)	9±9 (0; 33)	0,3±1 (0; 6)	-1±3 (-16; 0)
Comércios de doces	119 (20,5)	-7±3 (-16; 5)	0,4±1 (0; 11)	0,3±1 (0; 7)	-8±3 (-16; -2)
Barracas de feira livre e/ou bancas de frutas	81 (13,9)	14±8 (2; 30)	15±8 (2; 35)	0,3±1 (0; 8)	-0,6±2 (-14; 0)
Mercearias ou empórios	185 (31,8)	-2±4 (-12; 26)	6±5 (0; 43)	6±1 (0; 8)	-15±5 (-28; 0)
Padarias	49 (8,4)	-1±3 (-8; 5)	7±4 (0; 19)	5±3 (0; 12)	-15±7 (-26; -2)
Sacolões e quitandas	10 (1,7)	19±9 (2; 30)	20±8 (7; 30)	0±0 (0; 0)	-1±3 (-10; 0)
Mercados e supermercados	79 (13,6)	20±13 (-8; 59)	34±14 (6; 74)	7±2 (0; 17)	-21±4 (-30; -8)
Lojas de conveniência	13 (2,2)	-6±5 (-14; 4)	1±3 (0; 14)	0,5±1 (0; 6)	-8±4 (-16; -2)
Ambulantes*	7 (1,2)	2±2 (-2; 4)	3±1 (0; 4)	0,4±1 (0; 3)	-1±1 (-4; 0)
Total	581 (100,0)	3±12 (-16; 59)	10±13 (0; 74)	3±3 (0; 17)	-11±8 (-30; 0)

*Agrupamento das categorias “banca/carro de ovos” e “banca/carro de pães”.

A tabela 2 é relativa ao IDAS, calculado a partir das variáveis dos alimentos alusivas à disponibilidade, variedade e preço, estratificado por tipo de estabelecimento; ainda, o escore foi desagregado por cada um dos grupos de alimentos. O município de Rio Largo apresentou baixo IDAS (3 ± 12 pontos), representando a precariedade do ambiente alimentar na qual a população é submetida (Tabela 2). O maior escore médio foi identificado nos mercados e supermercados (20 ± 13 pontos), seguido por sacolões e quitandas (19 ± 9 pontos) e barracas de feira livre e bancas de frutas (14 ± 8 pontos), justificado pela elevada disponibilidade de frutas e hortaliças. Por outro lado, os PVA que tiveram o pior desempenho foram os comércios de doces (-7 ± 3 pontos) e as lojas de conveniência (-6 ± 5 pontos) por serem estabelecimentos que vendem predominantemente alimentos ultraprocessados.

Observa-se na Tabela 2 que as barracas de feira obtiveram pontuação alta (14 ± 8), dada a elevada disponibilidade de alimentos saudáveis e *in natura* (Grupo 1) e praticamente ausência de alimentos processados. É perceptível a redução de 21 pontos nos mercados e supermercados devido à grande oferta de alimentos ultraprocessados, anulando 51,2% da pontuação oriunda de alimentos do grupo 1 e 2, estes considerados saudáveis. Em comparativo com o sacolões e quitandas, lhes foi retirado apenas 1 ponto, sendo 94,7% da pontuação fruto de alimentos saudáveis.

Por este motivo, nota-se que estes espaços seriam mais indicados do que mercados e supermercados para aquisição de produtos desta natureza. Isto, por que, mesmo que o IDAS dos supermercados seja maior, também há demasiada disponibilidade de produtos ultraprocessados, além da exposição a ofertas e ações de marketing dos produtos processados, estimulando sua aquisição pelos consumidores.

Conclusões

O município de Rio Largo apresenta um ambiente desfavorável ao desenvolvimento e manutenção de hábitos alimentares saudáveis, onde a população é exposta a estabelecimentos que vendem majoritariamente alimentos de baixa qualidade nutricional, como é o caso dos ultraprocessados. Especialmente em relação ao grupo infantil, identificou-se que as crianças compõem a principal clientela de um dos tipos de estabelecimentos que apresentaram os piores índices de disponibilidade de alimentos saudáveis.

Deste modo, o incentivo à alimentação saudável promove não apenas a saúde, mas também o reforço à cultura. Além disso, no atual panorama, o consumo de alimentos *in natura*, minimamente processados e alguns processados se configura como um ato político de resistências aos avanços dos grandes conglomerados transcontinentais produtores e comercializadores de alimentos ultraprocessados.

Por fim, a execução da coleta e análise dos dados permitiu visualizar o acesso ao alimento e quais deles estão disponíveis à população. As características do ambiente construído não determinam apenas a incidência de doenças, mas demonstra a dificuldade em realizar práticas de promoção de saúde e todos os níveis de prevenção, pois um ambiente nutricional poluído impossibilita o êxito no alcance da saúde e no tratamento de agravos já existentes.

Referências bibliográficas

- ALVES, Danilo Mulatti; GOEDERT, Adriano Rogério. Satisfação dos Consumidores em Relação ao Ponto de Venda nos Supermercados de Nova Esperança, Pr. **Rev. CESUMAR**, v. 14, n. 1, p. 11-33, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2017: Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**. 2018.
- BODOR, L. N. et al. Neighbourhood fruit and vegetable availability and consumption: the role of small food stores in the urban environment. **Public Health Nutr.**, v. 11, n. 4, p. 413-420, 2008
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. Brasília: MS, 2014. 158 p.
- GLANZ, K. et al. Nutrition Environment Measures Survey in stores (NEMS-S): development and evaluation. **Am. J. Prev. Med.**, v. 32, n. 4, p. 282-289, 2007.
- LEKIC, O.; MILETIC, M.; FIKFAK, A. Healthy Places in the Built Environment. In: FIKFAK, A. et al. **Sustainability and Resilience: socio-spatial perspective**. 1 ed. v. 1. TU Delft Open, 2018. p. 217-230.
- MARTINS, P. A. et al. Validation of an adapted version of the nutrition environment measurement tool for stores (NEMS-S) in an urban area of Brazil. **J. Nutr. Educ. Behav.**, v. 45, n. 6, p. 785-792, 2013.
- MONTEIRO, C. A. et al. A new classification of foods based on the extent and purpose of their processing. **Cad. Saúde Pública**, v. 26, p. 2039-2049, 2010.
- REIS, D. E.; SILVA, A. H. **A influência da criança na decisão de consumo da família nas compras em supermercado**. 2017. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2018.
- SILVEIRA, J. A. C. et al. The role of exclusive breastfeeding and sugar-sweetened beverage consumption on preschool children's weight gain. **Pediatric obesity**, v. 10, n. 2, p. 91-97, 2015.
- WILKINS, Emma L. et al. Using Geographic Information Systems to measure retail food environments: discussion of methodological considerations and a proposed reporting checklist (Geo-FERN). **Health & place**, v. 44, p. 110-117, 2017.
- WONG, Michelle S. et al. The neighborhood environment and obesity: Understanding variation by race/ethnicity. **Prev. Med.**, v. 111, p. 371-377, 2018.